

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO REGULAR

THE ORGANIZATION OF PEDAGOGICAL WORK FOR THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN REGULAR EDUCATION

Rejane de Aquino Dias Braga¹, William Araújo Gomes²

Data de publicação: 25/01/2024

Palavras-chave:

Aprendizagem; Desafios;
Autismo; Inclusão.

Resumo: O texto intitulado “A organização do trabalho pedagógico para inclusão de crianças com espectro autista na educação regular” teve como objetivo analisar estratégias de ação pedagógica capazes de assegurar às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o direito a uma educação inclusiva de qualidade. A pesquisa partiu do pressuposto de que existem desafios vivenciados pelos professores no processo de inclusão escolar e de que esses profissionais buscam estratégias para garantir a aprendizagem dos estudantes com deficiência. A problematização crítica desse processo inclusivo constituiu o foco central do estudo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de produções teóricas relacionadas à inclusão de crianças com TEA no ensino regular. O estudo considera o cenário em que a legislação assegura a inserção desses estudantes no sistema educacional, embora ainda existam limitações quanto aos mecanismos que garantam a qualidade efetiva desse processo inclusivo. Nesse contexto, buscou-se reunir e analisar contribuições presentes na literatura científica, apresentando uma síntese temática sobre os desafios da inclusão qualitativa de crianças com espectro autista na educação regular. O artigo foi organizado em dois momentos: o primeiro aborda aspectos relacionados à inclusão do aluno com deficiência no ensino regular; o segundo discute a atuação pedagógica do professor diante desse desafio.

Keywords:

Learning; Challenges;
Autism; Inclusion.

Abstract: The text entitled "The organization of pedagogical work for the inclusion of children with autism spectrum in regular education" aimed to analyze pedagogical action strategies capable of ensuring children with Autism Spectrum Disorder (ASD) the right to a quality inclusive education. The research was based on the assumption that there are challenges experienced by teachers in the process of school inclusion and that these professionals seek strategies to ensure the learning of students with disabilities. The critical problematization of this inclusive process was the central focus of the study. This is a bibliographic research, with a qualitative approach, developed from the analysis of theoretical productions related to the inclusion of children with ASD in regular education. The study considers the scenario in which the legislation

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Reitora do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará, Brasil.

² Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Docente do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará, Brasil.

ensures the insertion of these students in the educational system, although there are still limitations regarding the mechanisms that guarantee the effective quality of this inclusive process. In this context, we sought to gather and analyze contributions present in the scientific literature, presenting a thematic synthesis on the challenges of qualitative inclusion of children with autism spectrum in regular education. The article was organized in two moments: the first addresses aspects related to the inclusion of students with disabilities in regular education; the second discusses the pedagogical performance of the teacher in the face of this challenge.

INTRODUÇÃO

A busca por uma educação igualitária é tema recorrente no atual contexto educacional, principalmente quando se refere à inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Apesar da ampla discussão em torno dessa temática, ainda há uma série de limitações quanto à prática da inclusão e ao papel do professor, para que este esteja preparado para lidar com as dificuldades provenientes do ensino voltado para crianças com deficiência (Diaz, 2009).

Discutir sobre a inclusão torna-se pertinente diante de uma sociedade diversificada como a nossa. A luta por igualdade e respeito vem ampliando-se com o intuito de garantir direitos, participação social e educativa para todos os indivíduos, independentemente de suas especificidades (Do Nascimento; Do Nascimento; Dos Santos, 2017).

O interesse investigativo esteve calcado nas seguintes interrogativas: quais processos pedagógicos são aplicados à inclusão escolar de crianças com autismo? Quais desafios são encontrados na inclusão dos discentes com autismo?

Em caráter geral, os professores estão na linha de frente, administrando e mediando processos de aprendizagem de alunos com ou sem deficiência. Nesse contexto, manifestam-se diversos dilemas referentes à inclusão escolar. O fazer pedagógico voltado para um processo inclusivo carrega uma série de desafios, sendo na organização das práticas pedagógicas que se encontram as possibilidades concretas para a inclusão de crianças autistas no sistema regular de ensino (Vieira; Ramo; Simões, 2018).

Ao considerar relevante a discussão sobre essa temática, a presente pesquisa busca contribuir para a compreensão da intervenção pedagógica voltada ao aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como refletir sobre os desafios enfrentados pelos professores na consolidação de práticas inclusivas capazes de garantir a progressão da aprendizagem no contexto escolar.

A pesquisa teve por objetivo analisar estratégias pedagógicas que possibilitem às crianças com espectro autista experienciar o direito a uma educação inclusiva de qualidade. Especificamente, buscou identificar os desafios encontrados pelos professores no processo de inclusão e verificar as estratégias pedagógicas utilizadas para promover a inclusão de alunos com autismo nas aulas regulares.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter sistemático e abordagem qualitativa. Nessa tipologia investigativa, o conteúdo selecionado na literatura constitui a matéria-prima para análise e interpretação dos dados. O estudo foi desenvolvido a partir da consulta e análise de produções científicas relacionadas à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, com o objetivo de identificar desafios e estratégias pedagógicas voltadas à promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

A partir da análise do material selecionado, buscou-se reunir contribuições teóricas que possibilitassem uma reflexão crítica sobre os dilemas e desafios da inclusão escolar de crianças com autismo, bem como sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores no contexto da educação regular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Especial deve oferecer atendimento especializado às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008). A análise da literatura evidencia que, embora a inclusão escolar seja garantida por diferentes dispositivos legais, sua efetivação ainda representa um desafio para os sistemas educacionais.

Nesse contexto, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses instrumentos normativos asseguram direitos fundamentais relacionados à educação, saúde, participação social e desenvolvimento integral das pessoas com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que os sistemas de ensino devem garantir currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, além de assegurar profissionais qualificados para o atendimento educacional especializado e para a inclusão nas classes comuns (Brasil, 1996). Dessa forma, a inclusão escolar ultrapassa a simples matrícula do estudante no ensino regular, exigindo condições efetivas para sua permanência e aprendizagem.

Os estudos analisados demonstram que a inclusão constitui um processo social amplo, envolvendo não apenas a escola, mas toda a sociedade. Conforme Sasaki (1999), trata-se de um processo bilateral, no qual a sociedade se adapta para incluir as pessoas com necessidades especiais, ao mesmo tempo em que estas são preparadas para assumir seus papéis sociais. Essa compreensão reforça a necessidade de ações conjuntas entre família, escola e comunidade.

A literatura aponta que um dos principais desafios para a efetivação da inclusão está relacionado à formação docente. Cunha (2014) destaca que não há como discutir inclusão sem considerar o papel do professor e as condições necessárias para sua atuação. Nesse sentido, a capacitação profissional torna-se indispensável para que os educadores desenvolvam práticas pedagógicas capazes de atender às especificidades dos estudantes com TEA.

Outro aspecto recorrente nos estudos refere-se aos benefícios da inclusão para toda a comunidade escolar. Carvalho (1999) argumenta que a convivência com a diversidade favorece o desenvolvimento de atitudes de solidariedade, respeito às diferenças e cooperação entre os alunos. Assim, a inclusão não beneficia apenas os estudantes com deficiência, mas contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para a vida em sociedade.

Os resultados da revisão também evidenciam que não existe uma metodologia única capaz de atender todos os estudantes com deficiência. Mesmo indivíduos com o mesmo diagnóstico podem apresentar necessidades, interesses e formas de aprendizagem distintas (Jeremias, 2020). Dessa forma, a prática pedagógica deve ser flexível e adaptável às singularidades de cada aluno.

Nesse contexto, a organização pedagógica assume papel fundamental. Bernardes (2022) destaca que a inclusão está diretamente relacionada à qualidade do processo de ensino-aprendizagem, exigindo metodologias diversificadas e estratégias compatíveis com a heterogeneidade presente nas salas de aula. A escola, por sua vez, constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento das habilidades sociais das crianças com TEA, uma vez que promove experiências de convivência e interação com diferentes sujeitos (Corrêa; Mota, 2022).

A literatura analisada aponta diversas estratégias que podem favorecer a inclusão dos estudantes com autismo, entre elas o uso de recursos visuais, a organização de rotinas estruturadas, a divisão das atividades em etapas, a utilização de linguagem clara e objetiva e a promoção da autonomia dos alunos (Silva; Gaiato; Reveles, 2012). Essas práticas contribuem para reduzir barreiras à aprendizagem e ampliar a participação dos estudantes nas atividades escolares.

Entretanto, os estudos demonstram que muitos professores ainda se sentem despreparados para trabalhar com a inclusão. Greguol, Malagodi e Carraro (2018) observam que, embora exista consenso sobre o direito das pessoas com deficiência à educação, ainda persistem resistências relacionadas à falta de formação específica e ao sentimento de insegurança diante das demandas da inclusão.

Além disso, os resultados evidenciam a importância da mediação pedagógica. Conforme Lopez (2011), o professor atua como mediador do processo de aprendizagem, favorecendo a interpretação dos estímulos ambientais e atribuindo significado às experiências educacionais. No caso dos estudantes com TEA, essa mediação torna-se ainda mais relevante, uma vez que auxilia na construção de vínculos, na socialização e no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

Os estudos também destacam que o conhecimento das características do autismo é fundamental para o planejamento de ações pedagógicas inclusivas. Orrú (2003) ressalta que a compreensão das especificidades do transtorno permite ao educador desenvolver estratégias adequadas às necessidades dos alunos, evitando práticas discriminatórias e fortalecendo sua participação no ambiente escolar.

De modo geral, os resultados apontam que a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista depende da articulação entre políticas públicas, formação docente, adaptação curricular, participação da família e compromisso institucional. Embora avanços legais tenham sido conquistados, a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade ainda exige investimentos contínuos na formação dos profissionais da educação e no desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de atender às necessidades e potencialidades de todos os estudantes.

CONCLUSÃO

Compreender as necessidades de aprendizagem de cada criança significa reconhecer a singularidade dos processos educativos e os desafios inerentes à construção de práticas pedagógicas inclusivas. Nesse contexto, cada experiência, estratégia e intervenção desenvolvida contribui para a ampliação dos conhecimentos acerca da educação inclusiva e do atendimento às especificidades dos estudantes com deficiência.

A presente pesquisa possibilitou compreender aspectos relevantes relacionados à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas classes regulares, destacando os principais desafios enfrentados pelos professores e as estratégias pedagógicas utilizadas para favorecer o processo de ensino e aprendizagem. Os resultados evidenciaram a importância da atuação docente como elemento fundamental na promoção de uma educação inclusiva, capaz de respeitar as diferenças e potencializar o desenvolvimento dos estudantes.

A análise da literatura permitiu identificar que a inclusão escolar ultrapassa a garantia legal do acesso à escola, exigindo condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem. Nesse sentido, o professor assume papel central como mediador do conhecimento, necessitando de formação adequada, apoio institucional e recursos pedagógicos que favoreçam a construção de práticas inclusivas.

Observou-se também que os avanços legislativos conquistados nas últimas décadas representam importantes instrumentos para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, contribuindo para o fortalecimento das políticas inclusivas e para a ampliação da conscientização social sobre a importância do respeito à diversidade.

Além do ambiente escolar, a família e a comunidade desempenham papel essencial no desenvolvimento das crianças com deficiência. O acolhimento, o estímulo, o respeito às diferenças e a busca por informações qualificadas constituem fatores fundamentais para a promoção do desenvolvimento integral e da inclusão social desses indivíduos.

Conclui-se que a discussão sobre a inclusão de estudantes com deficiência, especialmente daqueles com Transtorno do Espectro Autista, amplia a compreensão sobre os desafios e possibilidades presentes no contexto educacional contemporâneo. A efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende do comprometimento conjunto da escola, da família, dos profissionais da educação e da sociedade, assegurando condições que favoreçam o desenvolvimento, a aprendizagem e a participação de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BERNARDES, Amanda Regina. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino fundamental anos iniciais. 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA10_I_D2588_17092018182124.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.

CAMPELO, Marilene Consiglio. Autismo: transtorno invasivo do desenvolvimento. Instituto Indianápolis. Disponível em: <http://www.indianapolis.com.br/artigos/autismo-transtorno-invasivo-desenvolvimento/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CAVACO, Nora. Minha criança é diferente? Diagnóstico, prevenção e estratégias de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CORREIA, Biébele Abreu; MOTA, Edimilson Antônio. O processo de adaptação da criança na educação infantil: a importância do acolhimento. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, 2022.

DA SILVA, Wislania Oliveira Lima; NÓBREGA, Faciene da Silva. A inclusão do autista na educação infantil. Revista Educacional da Sucesso, v. 1, n. 1, 2021.

DIAZ, Félix et al. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

DIAZ, Félix. O processo de aprendizagem e seus transtornos. Salvador: EDUFBA, 2011.

DO NASCIMENTO, Maria Andreza; DO NASCIMENTO, Antonio Anderson Brito; DOS SANTOS, Mariluze Riani Diniz. Autismo e o trabalho docente: reflexões sobre os desafios encontrados para a inclusão de uma autista na educação infantil. Revista Includere, v. 3, n. 1, 2017.

GREGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson; CARRARO, Attilio. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, p. 33-44, 2018.

JEREMIAS, Maria Aparecida. Estudo sobre aplicativos para auxiliar crianças com autismo nas tarefas do cotidiano. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2020.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, Baltimore, v. 2, p. 217-250, 1943.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. S3-S11, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462006000500002&script=sci_arttext. Acesso em: 7 jun. 2021.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. *Revista Educação Pública*, v. 20, n. 34, 2020.

ORRÚ, Silvia Ester. A formação de professores e a educação de autistas. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 31, p. 1-15, 2003.

SCHMIDT, Carlo (org.). Autismo, educação e transdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 2013.

STEINER, Carlos Eduardo. Aspectos genéticos e neurológicos do autismo: proposta de abordagem interdisciplinar na avaliação diagnóstica do autismo e distúrbios correlatos. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

VIEIRA, Alexandro Braga; RAMOS, Inês de Oliveira; SIMÕES, Renata Duarte. Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares. *Educação e Pesquisa*, v. 44, 2018.